



São Luiz Gonzaga - RS
SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

Impressão: 20/05/2026

Hora: 14:34:34

Pedido de Compra:	000042/2026
Modalidade:	Pedido de Compra
Data de Emissão:	12/03/2026
Finalidade:	ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PMGIRS) DO MUNICÍPIO DE SÃO LUIZ GONZAGA.RS
Justificativa:	<p>A contratação de empresa especializada tem como finalidade a elaboração do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do município de São Luiz Gonzaga, instrumento essencial para organizar e planejar a gestão adequada dos resíduos gerados no município. A necessidade da contratação decorre da obrigatoriedade de atendimento às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelece que os municípios devem possuir planejamento específico para a gestão integrada dos resíduos sólidos. O plano permitirá realizar diagnóstico da situação atual, definir metas e ações para melhoria da coleta, transporte e destinação final dos resíduos, contribuindo para a proteção do meio ambiente, a promoção da saúde pública e o fortalecimento da gestão ambiental municipal. O município de São Luiz Gonzaga possui Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos elaborado no ano de 2014, com prazo de vigência de 10 anos. Considerando que o referido plano encontra-se vencido, torna-se necessária a elaboração de um novo instrumento de planejamento para a gestão adequada dos resíduos sólidos no município. A elaboração do novo plano é necessária para atualização do diagnóstico da geração de resíduos, definição de metas, programas e ações voltadas à melhoria da gestão ambiental, bem como para adequação às diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. Dessa forma, a contratação de empresa especializada tem por finalidade elaborar o novo Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, garantindo planejamento técnico atualizado, atendimento à legislação vigente e melhoria na gestão dos resíduos sólidos no município. Expectativas do Novo Plano Com a elaboração do novo Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de São Luiz Gonzaga, espera-se atualizar o diagnóstico da geração e manejo dos resíduos no município, definir metas e ações para melhorar os serviços de coleta, transporte e destinação final dos resíduos. O novo plano também tem como objetivo organizar a gestão dos resíduos sólidos, incentivar a coleta seletiva, reduzir impactos ambientais e atender às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Sendo assim, com a elaboração do novo Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de São Luiz Gonzaga, espera-se promover melhorias na gestão dos resíduos sólidos no município, especialmente na organização e ampliação da coleta de resíduos, no incentivo à coleta seletiva e na destinação ambientalmente adequada dos materiais. Dessa forma, o plano contribuirá para tornar os serviços mais eficientes, reduzir impactos ambientais e atender às diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos.</p>

Lote	Item	Un.Med.	Qtde	Descrição	Valor do Item	Total Item
000	001	UN	1,00	44624 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS		
	0147426			PRAD SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL LTDA.	48.500,00	48.500,00
	0147425			SKX SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA	44.400,00	44.400,00
	0001523			FUCS - PROGESTAO	43.980,00	43.980,00
				Preço Médio:	45.626,67	45.626,67
				Mínimo:	43.980,00	43.980,00
				Médio:	45.626,67	45.626,67

Informações referente a Proposta

FORNECEDOR: 1523 - FUCS - PROGESTAO - COTAÇÃO:

FORNECEDOR: 147425 - SKX SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA - COTAÇÃO:

FORNECEDOR: 147426 - PRAD SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL LTDA. - COTAÇÃO:

Outras Informações do Pedido



ANÁLISE DE RISCO

Subestimação da complexidade do serviço, sendo propostas inexequíveis ou baixa qualidade técnica;

Baixa competitividade, podendo ter poucas propostas ou preços elevados;

Impugnações ou questionamentos ao edital, ocorrendo atrasos no processo licitatório;

Contratação de empresa sem capacidade técnica adequada, sendo a entrega de plano inconsistente ou inexequível.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Município de São Luiz Gonzaga enfrenta a necessidade de estruturar, atualizar e consolidar sua política pública de gestão de resíduos sólidos, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 12.305/2010, bem como demais normativas ambientais vigentes.

Atualmente, observa-se a desatualização de um Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS) que contemple diagnóstico técnico detalhado, definição de metas, programas, ações e mecanismos de monitoramento e avaliação voltados à gestão eficiente dos resíduos gerados no território municipal.

A ausência deste instrumento compromete:

- o planejamento adequado dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
- o acesso a recursos federais e estaduais vinculados à área ambiental;
- o cumprimento das obrigações legais impostas aos entes municipais;
- a mitigação de impactos ambientais e riscos à saúde pública.

Além disso, a crescente geração de resíduos, aliada à necessidade de promover práticas sustentáveis, como a coleta seletiva, reciclagem, logística reversa e destinação final ambientalmente adequada, exige a elaboração de um plano técnico especializado, que considere as características socioeconômicas, geográficas e operacionais do município.

Diante desse contexto, o objeto da presente licitação é a **contratação de empresa especializada para o novo Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) do Município de São Luiz Gonzaga/RS**, incluindo diagnóstico técnico da situação atual, proposição de soluções, definição de metas e programas, elaboração de relatórios técnicos e entrega do plano final em conformidade com a legislação ambiental vigente.

A contratação é necessária para atender às exigências da **Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)**, bem como às normativas dos órgãos ambientais competentes, garantindo a regularização do Município de São Luiz Gonzaga perante os órgãos fiscalizadores, o adequado planejamento da gestão de resíduos sólidos urbanos e a viabilização do acesso a recursos estaduais e federais condicionados à existência de PGRS atualizado.

Além disso, a contratação se justifica pela necessidade de:

- Atualizar o planejamento da gestão de resíduos sólidos, considerando a realidade operacional atual do Município;
- Corrigir defasagens técnicas do plano vigente (se houver), em razão de alterações na legislação ambiental e na forma de prestação dos serviços;
- Fornecer suporte técnico especializado à Administração Municipal para a tomada de decisões estratégicas;
- Adequar os procedimentos municipais às boas práticas ambientais e aos princípios da sustentabilidade;
- Subsidiar a melhoria dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos.

Registra-se que **não há** contratação vigente com o mesmo objeto, o contrato atual encontra-se **desatualizado**, não sendo capaz de atender às necessidades atuais da Administração Municipal, o que reforça a necessidade de nova contratação.

Dessa forma, a contratação de empresa especializada para a elaboração e/ou revisão do PGRS é **imprescindível** para garantir a continuidade e a melhoria dos serviços públicos de limpeza urbana, o cumprimento da legislação ambiental e o



planejamento adequado da gestão de resíduos sólidos do Município de São Luiz Gonzaga.

ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual do Município de SÃO LUIZ GONZAGA como se vê do item 43726, daquele documento, estando assim alinhada com o planejamento desta Administração.

Além disso, a demanda está compatível com as diretrizes estabelecidas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA), estando contemplada nas metas e ações da Secretaria responsável.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do Município de São Luiz Gonzaga, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 12.305/2010.

Os serviços a serem contratados têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Embora os serviços de elaboração de planos dessa natureza sejam ofertados no mercado por diversas empresas especializadas, apresentando, em certa medida, características padronizáveis, o objeto em questão possui **peculiaridades que extrapolam a simples prestação de serviço comum**, especialmente em razão da necessidade de desenvolvimento de soluções específicas, adequadas à realidade local do município.

A execução do objeto envolve:

- diagnóstico técnico aprofundado e personalizado;
- análise de dados locais e regionais;
- definição de metodologias próprias de trabalho;
- proposição de soluções técnicas compatíveis com a capacidade operacional e financeira do município;
- condução de processos participativos com a sociedade;
- elaboração de produtos técnicos que exigem consistência metodológica e analítica.

Tais elementos demandam **avaliação qualitativa das propostas**, especialmente quanto à metodologia, experiência da equipe técnica e capacidade de entrega de soluções eficazes, não sendo suficiente a adoção de critérios exclusivamente objetivos baseados apenas no menor preço.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, ainda que determinados serviços apresentem características comuns, a Administração Pública deve adotar a modalidade licitatória mais adequada à **complexidade do objeto e à necessidade de julgamento técnico das propostas**, de forma a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, considerando que:

- há necessidade de **avaliação técnica e metodológica das propostas**;
- o objeto demanda **soluções personalizadas e não padronizadas**;
- o critério de julgamento não pode se limitar ao menor preço;

Justifica-se a adoção da modalidade concorrência, com critério de julgamento que contemple aspectos técnicos e de preço, em detrimento do pregão, como forma de garantir maior qualidade, segurança técnica e efetividade na execução do objeto contratado.

O objeto consiste na contratação de empresa especializada para a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Município de São Luiz Gonzaga, compreendendo diagnóstico técnico, levantamento e análise de dados, caracterização dos resíduos gerados, avaliação dos sistemas de coleta, transporte, tratamento e destinação final, definição de metas, programas e ações, elaboração de relatórios técnicos, realização de reuniões, apresentação de versão preliminar e final, bem como apoio técnico à Administração Municipal.

Os serviços apresentam como peculiaridades a necessidade de conhecimento técnico especializado na área ambiental, integração com os setores municipais, adequação à realidade local e observância rigorosa da legislação ambiental vigente, especialmente a Lei Federal nº 12.305/2010.

A prestação dos serviços será realizada de forma indireta, mediante contratação de empresa especializada, com execução



contínua e organizada, conforme cronograma aprovado pela Administração, incluindo visitas técnicas presenciais, reuniões presenciais e/ou virtuais, coleta de informações junto às secretarias e análise documental.

prazo, forma e locais de entrega.

2. PRAZO, FORMA E LOCAIS DE ENTREGA:

2.1. Após a homologação do processo de Licitação, um contrato será firmado junto a empresa vencedora. Após a assinatura do contrato, o Setor Administrativo da SEMAS enviará uma Autorização de Fornecimento para a empresa.

2.2 O fornecimento do objeto contratado se dará conforme, abaixo, no prazo máximo de 3 (três) meses ou até execução total, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento acompanhada de nota de empenho correspondente emitida pelo CONTRATANTE.

Planejamento e mobilização (5 dias)

- Reunião inicial
- Levantamento de dados preliminares
- Definição da metodologia.

Diagnóstico técnico (25 dias)

- Levantamento de campo
- Análise da geração de resíduos
- Avaliação dos serviços existentes.

Prognóstico e cenários (15 dias)

- Projeções futuras
- Identificação de alternativas técnicas.

Programas, metas e ações (15 dias)

- Estruturação do plano
- Definição de indicadores

Participação social (20 dias)

- Audiências públicas
- Consultas à população

Consolidação e entrega final (10 dias)

- Revisões técnicas
- Entrega do documento final

2.3. A entrega DEVERÁ ocorrer na sede da Prefeitura, na Rua Venâncio Aires, nº 2438, Bairro Centro - São Luiz Gonzaga, RS, CEP 97.800-000. 2.4. POR OCASIÃO DA ENTREGA, CASO SEJA DETECTADO QUE EM ALGUMAS DAS PARTES NÃO ATENDA AS EXIGÊNCIAS, PODERÁ A ADMINISTRAÇÃO REJEITÁ-LO, INTEGRALMENTE OU EM PARTE, OBRIGANDO-SE A LICITANTE A PROVIDENCIAR A ALTERAÇÃO NECESSÁRIA, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS CONTADOS DE SUA NOTIFICAÇÃO. 2.5. A NOTA FISCAL DEVERÁ SER ENTREGUE JUNTO COM O OBJETO. 2.6. A empresa contratada deverá no tocante ao fornecimento e entrega do item objeto deste Certame, OBEDECER rigorosamente todas as disposições legais pertinentes. 2.7. O objeto do presente contrato será recebido: Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, designado pelo CONTRATANTE, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais. Definitivamente por servidor (GESTOR) ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado comprovando o atendimento das exigências contratuais.

Referente à elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Município de São Luiz Gonzaga, a empresa contratada deverá realizar diagnóstico técnico da situação atual, levantar e analisar dados, elaborar o plano em conformidade com a legislação vigente, definir metas e ações, apresentar versão preliminar e final para validação da Administração, fornecer os documentos em formato digital e, quando solicitado, impresso, acompanhados de ART/RRT, bem como prestar suporte técnico durante a execução contratual.



Dessa forma, estabelece-se a presente exigência, a qual se encontra em conformidade com o Art. 40, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021:

"§4º Em relação às informações de que trata o inciso III do §1º deste artigo, desde que fundamentada em estudo técnico preliminar, a Administração poderá exigir que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades.

3. PAGAMENTO:

3.1 Os pagamentos serão realizados de forma parcelada, conforme cronograma de desembolso. Efetuados em até 30 (trinta) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, devendo constar nela ou acompanhá-la o atestado de recebimento expedido e devidamente assinado pelo fiscal do contrato, conforme o cronograma em anexo. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

3.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Cronograma de Desembolso:

Etapa	Descrição das Atividades	Prazo (dias)	Prazo acumulado	% Pagamento	Condição para Pagamento
1	Planejamento e mobilização (reunião inicial, levantamento preliminar e metodologia)	5	5	-	Entrega e aprovação do plano de trabalho e metodologia
2	Diagnóstico técnico (levantamento de campo, análise de geração e avaliação dos serviços)	25	30	40%	Entrega e validação do diagnóstico técnico
3	Prognóstico e cenários (projeções e alternativas técnicas)	15	45	-	Entrega do relatório de prognóstico
4	Programas, metas e ações (estruturação e indicadores)	15	60	30%	Entrega das propostas estruturadas do plano
5	Participação social (audiências públicas e consultas)	20	80	-	Comprovação das audiências e consolidação das contribuições
6	Consolidação e entrega final (revisões e documento final)	10	90	30%	Entrega final aprovada do PGIRS

São obrigações do CONTRATANTE:

4.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

4.2. Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.

4.3. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e neste contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.

4.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

4.5. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, conforme definido neste contrato.

4.6. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.6.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

4.7. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

São obrigações da CONTRATADA:

4.8. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e deste contrato, bem como nos termos da sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.9. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.



4.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.12. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, I, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.13. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.14. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

4.15. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços. Usuário/Matricula: MARIA ECIANA DA SILVA/4175 - Sistema de Compras - Abase Sistemas e Soluções LTD

4.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, I, d, da Lei nº 14.133, de 2021

4.17. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, as entregas em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

4.18. Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do CONTRATANTE..

5. SANÇÕES:

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: I. Dar causa à inexecução parcial do contrato; I. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; I. Dar causa à inexecução total do contrato; IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame; V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VI. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; V I. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XI. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções: I. Advertência; I. Multa; I. Impedimento de licitar e contratar; IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6. EXTINÇÃO

6.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado. 6.2. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, inclusive por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa. 6.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei. 6.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021). 6.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021). A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021. Para fornecimento do objeto



pretendido, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021,

Habilitação jurídica:- Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;- Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;- Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica;- Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:-

Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

- Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, e com o Município de São Luiz Gonzaga/RS, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;

- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

- Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

- Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (realizada diretamente no sistema quando do lançamento da proposta). Habilitação econômico-financeira:- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

- Habilitação econômico-financeira:

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

Habilitação Técnica:

Para fins de habilitação técnica, a empresa licitante deverá comprovar aptidão para a execução do objeto, por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a prestação de serviços compatíveis com a elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou serviços similares.

- Formação em Engenharia Ambiental ou Biologia;
- Registro ativo no respectivo conselho profissional (CREA/CRBio);
- Apresentação de **Certidão de Acervo Técnico (CAT)** ou documento equivalente que comprove experiência na execução de serviços similares ao objeto.

A comprovação do vínculo do profissional com a empresa poderá ser feita mediante:

- Registro em carteira de trabalho;
- Contrato de prestação de serviços;
- Contrato social (no caso de sócio);
- Declaração de compromisso de vinculação futura.

As exigências de habilitação técnica são necessárias para assegurar que a empresa contratada possua experiência comprovada e equipe qualificada para execução de serviço que envolve diagnóstico ambiental, análise técnica e proposição de soluções, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 e a Lei nº 14.133/2021.

Tais requisitos observam os princípios da razoabilidade e da competitividade, não restringindo indevidamente a participação, mas garantindo a qualidade e a segurança técnica da contratação.

Deverá, ainda, apresentar registro ou inscrição junto ao conselho profissional competente, quando aplicável, bem como comprovar a disponibilidade de profissional habilitado, com formação compatível e registro ativo, responsável técnico pela execução dos serviços.

Dos prazos:



O presente contrato terá natureza de **contrato de escopo**, sendo vinculado à execução integral do objeto, qual seja, a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

O prazo para execução dos serviços será de até **3 (meses) ou até execução total**, contados a partir da data de emissão da Ordem de Início dos Serviços ou assinatura do contrato.

A vigência contratual permanecerá limitada ao período necessário para a completa entrega dos produtos previstos, incluindo:

- Diagnóstico técnico;
- Relatório de caracterização e quantificação dos resíduos;
- Plano consolidado;
- Eventuais ajustes solicitados pela fiscalização;
- Versão final validada.

Considera-se concluído o objeto contratual somente após a aprovação formal da documentação pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, mediante termo de recebimento definitivo.

Por se tratar de contrato de escopo, não haverá renovação automática, encerrando-se a relação contratual com a plena execução do objeto.

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

O quantitativo estimado para a contratação pretendida têm como parâmetro a **última contratação com o mesmo objeto realizada em 2014**, realizada por esta Administração, bem como a real necessidade atual do Município de São Luiz Gonzaga/RS.

Sendo uma contratação para prestação de serviço.

Registra-se que não há, no momento, contratação vigente com o mesmo objeto que atenda integralmente à necessidade atual da Administração, sendo a presente estimativa suficiente e adequada para suprir a demanda identificada.

ALTERNATIVAS DISPONÍVEIS NO MERCADO

As alternativas disponíveis no mercado são:

Desenvolvimento interno pela equipe do município, consistindo na elaboração do plano por servidores públicos do próprio município. Alternativa inviável devido não ter equipe técnica capacitada para o mesmo e maior tempo na elaboração.

Utilização de plataformas digitais ou sistemas automatizados: existem ferramentas no mercado que auxiliam na elaboração de planos de resíduos de forma digital e padronizada. Alternativa inviável devido não atender aos padrões técnicos e exigências legais aplicáveis ao setor público.

Contratação de empresa especializada para elaboração do plano municipal de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, melhor alternativa, equipe técnica qualificada para atender a demanda, evitando futuros erros, atendimento integral as exigências técnicas do setor público. Além de atender o princípio da eficiência e segura, uma vez que garante qualidade técnica, cumprimento de prazos, conformidade legal e maior segurança administrativa.

Conforme pesquisa de mercado para solução da necessidade administrativa, objeto presente estudo técnico preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a realização de um pregão eletrônico para a elaboração do plano gerenciamento de resíduos sólidos.

Tais referências foram obtidas por meio de pesquisa feitas para atender a demanda no Licitacon.gov.br, www.gov.br/compras e pncp, efetuadas com base no Decreto Municipal nº 6871 de 2022 que estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de São Luiz Gonzaga, nos termos da Lei Federal Nº 14.13/2021.



ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Estima-se para a contratação almejada o valor total de **R\$ 30.700,00 (trinta mil e setecentos reais)**, referente à **contratação de empresa especializada para fazer o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) do Município de São Luiz Gonzaga/RS**.

Ressalta-se que o objeto consiste em **serviço técnico único**, não se tratando de prestação de serviços com mão de obra exclusiva, razão pela qual **não se aplica** a exigência de planilhamento de custos unitários detalhados por posto de trabalho.

Vislumbra-se que o valor estimado é **compatível com o praticado no mercado**, tendo sido apurado por meio de **pesquisa de preços** realizada em conformidade com o **Decreto Municipal nº 6871 de 2022**, que "Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de São Luiz Gonzaga/RS, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021".

Para fins de composição do valor estimado, foram adotadas, de forma cumulativa, as seguintes providências:

- Consulta a **contratações similares** realizadas por outros municípios, por meio do **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**; [licitacon,tce/rs](#); [portal de compras públicas](#), [portal na de contratações públicas](#).
- Solicitação de **cotações formais** junto a empresas especializadas em consultoria ambiental e gestão de resíduos sólidos;
- Pesquisa em **sites institucionais** de empresas do ramo.

A média dos valores obtidos foi utilizada como referência para definição do valor estimado da contratação, assegurando-se a observância dos princípios da razoabilidade, economicidade e vantajosidade para a Administração Pública.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a **contratação tercerizada da empresa especializada para a prestação de serviços de elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) do Município de São Luiz Gonzaga/RS**, por meio de **licitação**, na modalidade **concorrência**, na forma **eletrônica**, com critério de julgamento que contemple aspectos técnicos e de preço, em detrimento do pregão, como forma de garantir maior qualidade, segurança técnica e efetividade na execução do objeto contratado. nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A prestação dos serviços deverá contemplar, no mínimo, as seguintes especificações e condições:

- Levantamento de dados e diagnóstico técnico da situação atual da gestão de resíduos sólidos no Município;
- Análise dos fluxos de geração, coleta, transporte e destinação final;
- Identificação de pontos críticos e passivos ambientais;
- Definição de metas, programas e ações;
- Elaboração de relatórios técnicos parciais e relatório final do PGRS atualizado;
- Entrega do plano em formato digital (PDF) e impresso;
- Realização de reuniões técnicas com a equipe da Administração Municipal.

Os serviços serão executados conforme cronograma aprovado pela Administração, no prazo máximo de **03 (três) meses**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

Por se tratar de serviço técnico intelectual, **não se aplica** manutenção contínua. Contudo, a contratada deverá prestar **suporte técnico** à Administração por até **60 (sessenta) dias** após a entrega do produto final, para esclarecimentos e ajustes solicitados pelos órgãos ambientais, sem ônus adicional.

O produto final deverá possuir **garantia de qualidade técnica**, obrigando a contratada a promover, sem custo adicional, as correções e complementações necessárias para atendimento às exigências legais e às orientações da fiscalização do contrato.



JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos para frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado. Em vista disso, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado, pois trata-se de uma única prestação de serviço, por CONCORRÊNCIA.

RESULTADOS PRETENDIDOS

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa, para o Município. Almeja-se, igualmente, assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobrepreço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato. A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para redução dos impactos ambientais.

PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da administração. A Secretaria de Meio Ambiente indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato.

Ademais, para que a pretendida contratação tenha sucesso, é preciso que outras etapas sejam concluídas, quais sejam: a) elaboração de minuta do edital; b) informação da dotação orçamentária; c) designação em Portaria de pregoeiro, equipe de apoio, agente de contratação; d) elaboração de minuta de ata de registro de preços e/ou do contrato; e) encaminhamento do processo para análise jurídica; f) análise da manifestação jurídica e atendimento aos apontamentos constantes no parecer, mediante Nota Técnica com os ajustes indicados; g) publicação e divulgação do edital e anexos; h) resposta a eventuais pedidos de esclarecimentos e/ou impugnação, caso aplicável; i) realização do certame, com suas respectivas etapas; j) realização de empenho; e i) assinatura e publicação do contrato.

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução da prestação de serviço, uma vez que todos os meios necessários para a realização da obra (serviço) podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta. Os serviços que se pretende, portanto, são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Durante levantamentos de campo, sem impacto significativo. No mais serão impactos positivos:

- **Melhoria da gestão de resíduos sólidos:**
Planejamento adequado das etapas de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente correta;
- **Redução da poluição ambiental:**
Diminuição da contaminação do solo, da água e do ar decorrente do descarte irregular de resíduos;
- **Incentivo à coleta seletiva e reciclagem:**
Fomento à segregação de resíduos e inclusão de práticas sustentáveis;
- **Fortalecimento da logística reversa:**
Atendimento às diretrizes legais para retorno de resíduos ao ciclo produtivo;
- **Proteção da saúde pública:**
Redução de vetores de doenças e melhoria das condições sanitárias;
- **Planejamento sustentável de longo prazo:**
Definição de metas e ações que promovem o desenvolvimento ambientalmente equilibrado.

DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste estudo técnico preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário, para subsidiar a contratação declaramos que a contratação é viável atendendo os



padrões de preços do mercado.

Ademais, este ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR demonstrou todos os requisitos para a contratação de forma a inexistir prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados.

A especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência e em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos (artigo 18, § 3º da Lei 14.133/21).

TERMO DE REFERÊNCIA

DEFINIÇÃO DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos** para a **elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)**, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 12.305/2010, no âmbito da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade.

O objeto compreende a execução de atividades técnicas, incluindo, mas não se limitando a:

- Planejamento e mobilização dos trabalhos;
- Levantamento de dados e diagnóstico da situação atual da gestão de resíduos sólidos no município;
- Análise dos fluxos de geração, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos;
- Identificação de pontos críticos e passivos ambientais;
- Análise da geração, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos;
- Elaboração de prognósticos e cenários futuros;
- Definição de programas, projetos, metas e ações;
- Estabelecimento de indicadores de desempenho e mecanismos de monitoramento;
- Elaboração de relatórios técnicos parciais e relatório do PMGRS atualizado;
- Promoção de participação social, incluindo realização de audiências públicas;
- Realização de reuniões técnicas com a equipe da Administração Municipal;
- Consolidação e entrega do documento final do plano em formato digital (PDF/WORD) e impresso.

O Plano deverá ser elaborado de forma compatível com a realidade local, observando aspectos técnicos, ambientais, sociais e econômicos do município, visando à implementação de soluções sustentáveis e exequíveis para a gestão integrada de resíduos sólidos.

O serviço deverá ser executado por equipe técnica qualificada, com profissionais habilitados e devidamente registrados em seus respectivos conselhos de classe, garantindo a qualidade técnica e o atendimento às exigências legais e normativas aplicáveis.

FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XXXVIII, alínea a, artigo 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é a **contratação tercerizada da empresa especializada para a prestação de serviços de elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PMGRS) do Município de São Luiz Gonzaga/RS**, por meio de **licitação**, na modalidade **concorrência**, na forma **eletrônica**, com critério de julgamento menor preço, em detrimento do pregão, pois, embora seja um serviço comum realizado por diversas empresas, a característica do objeto é predominantemente técnico e intelectual, necessitando de experiência comprovada e equipe qualificada, como forma de garantir maior qualidade, segurança técnica e efetividade na execução do objeto contratado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A prestação dos serviços deverá contemplar, no mínimo, as seguintes especificações e condições:



I – Diagnostico da situação dos resíduos sólidos no território, contendo a origem, o volume, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;

II – Identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor e o zoneamento ambiental, se houver;

III – Identificação das possibilidades de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios;

IV – Identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos ao plano de gerenciamento e dos participantes do sistema de logística reserva;

V – Procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotadas nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observada a Lei nº 11.445 /2007;

VI – Indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

VII – Regras para o transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos observados as normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

VIII – Definições das responsabilidades quanto à implantação e operacionalização, incluídas as etapas do plano de gerenciamento;

IX – Programas e ações de capacitação técnica voltados para sua implementação e operacionalização;

X – Programas e ações de educação ambiental;

XI – Programas e ações para participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação;

XII – Mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos;

XIII – Sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobranças desses serviços, observadas na Lei nº 11.445 /2007;

XIV – Metas de redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem;

XV – Descrição das formas e dos limites da participação do poder público local na coleta seletiva e na logística reserva e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XVI – Meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos e dos sistemas de logística reserva;

XVII – Ações preventivas e corretivas a serem praticadas, incluindo programa de monitoramento;

XVIII – Identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos, incluindo áreas contaminadas, e respectivas medidas saneadoras; XIX – Periodicidade de sua revisão, observando prioritariamente o período de vigência do plano plurianual municipal.

Os serviços serão executados conforme cronograma aprovado pela Administração, no prazo máximo de **03 (três) meses**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

Por se tratar de serviço técnico intelectual, **não se aplica** manutenção contínua. Contudo, a contratada deverá prestar **suporte técnico** à Administração por até **60 (sessenta) dias** após a entrega do produto final, para esclarecimentos e ajustes solicitados pelos órgãos ambientais, sem ônus adicional.

O produto final deverá possuir **garantia de qualidade técnica**, obrigando a contratada a promover, sem custo adicional, as correções e complementações necessárias para atendimento às exigências legais e às orientações da fiscalização do contrato.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a elaboração do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do Município de São Luiz Gonzaga, em conformidade com as diretrizes da Lei nº 12.305/2010.



Os serviços a serem contratados têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Embora os serviços de elaboração de planos dessa natureza sejam ofertados no mercado por diversas empresas especializadas, apresentando, em certa medida, características padronizáveis, o objeto em questão possui **peculiaridades que extrapolam a simples prestação de serviço comum**, especialmente em razão da necessidade de desenvolvimento de soluções específicas, adequadas à realidade local do município.

A execução do objeto envolve:

- diagnóstico técnico aprofundado e personalizado;
- análise de dados locais e regionais;
- definição de metodologias próprias de trabalho;
- proposição de soluções técnicas compatíveis com a capacidade operacional e financeira do município;
- condução de processos participativos com a sociedade;
- elaboração de produtos técnicos que exigem consistência metodológica e analítica.

Tais elementos demandam **avaliação qualitativa das propostas**, especialmente quanto à metodologia, experiência da equipe técnica e capacidade de entrega de soluções eficazes, não sendo suficiente a adoção de critérios exclusivamente objetivos baseados apenas no menor preço.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, ainda que determinados serviços apresentem características comuns, a Administração Pública deve adotar a modalidade licitatória mais adequada à **complexidade do objeto e à necessidade de apresentação de responsabilidade técnica**, de forma a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa.

Dessa forma, considerando que:

- há necessidade de **responsabilidade técnica para a prestação dos serviços**;
- o objeto demanda **soluções personalizadas**;
- o critério de julgamento não pode se limitar ao menor preço.

Justifica-se a adoção da modalidade concorrência, com critério de julgamento que contemple o melhor preço, porém com indicação de responsável técnico, em detrimento do pregão, como forma de garantir maior qualidade, segurança técnica e efetividade na execução do objeto contratado.

O objeto consiste na contratação de empresa especializada para a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Município de São Luiz Gonzaga, compreendendo diagnóstico técnico, levantamento e análise de dados, caracterização dos resíduos gerados, avaliação dos sistemas de coleta, transporte, tratamento e destinação final, definição de metas, programas e ações, elaboração de relatórios técnicos, realização de reuniões, apresentação de versão preliminar e final, bem como apoio técnico à Administração Municipal.

Os serviços apresentam como peculiaridades a necessidade de conhecimento técnico especializado na área ambiental, integração com os setores municipais, adequação à realidade local e observância rigorosa da legislação ambiental vigente, especialmente a Lei Federal nº 12.305/2010.

A prestação dos serviços será realizada de forma indireta, mediante contratação de empresa especializada, com execução contínua e organizada, conforme cronograma aprovado pela Administração, incluindo visitas técnicas presenciais, reuniões presenciais e/ou virtuais, coleta de informações junto às secretarias e análise documental.

2. PRAZO, FORMA E LOCAIS DE ENTREGA:

2.1. Após a homologação do processo de Licitação, um contrato será firmado junto a empresa vencedora. Após a assinatura do contrato, o Setor Administrativo da SEMAS enviará uma Autorização de Início dos Serviços para a empresa.

2.2 A prestação dos serviços contratados se dará conforme abaixo, no prazo máximo de 3 (três) meses ou até execução total, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento acompanhada de nota de empenho correspondente emitida pelo CONTRATANTE.

Planejamento e mobilização (5 dias)

- Reunião inicial
- Levantamento de dados preliminares
- Definição da metodologia.



Diagnóstico técnico (25 dias)

- Levantamento de campo
- Análise da geração de resíduos
- Avaliação dos serviços existentes.

Prognóstico e cenários (15 dias)

- Projeções futuras
- Identificação de alternativas técnicas.

Programas, metas e ações (15 dias)

- Estruturação do plano
- Definição de indicadores

Participação social (20 dias)

- Audiências públicas
- Consultas à população

Consolidação e entrega final (10 dias)

- Revisões técnicas
- Entrega do documento final

2.3. A entrega DEVERÁ ocorrer na sede da Prefeitura, na Rua Venâncio Aires, nº 2438, Bairro Centro - São Luiz Gonzaga, RS, CEP 97.800-000.

2.4. POR OCASIÃO DA ENTREGA, CASO SEJA DETECTADO QUE EM ALGUMAS DAS PARTES NÃO ATENDA AS EXIGÊNCIAS, PODERÁ A ADMINISTRAÇÃO REJEITÁ-LO, INTEGRALMENTE OU EM PARTE, OBRIGANDO-SE A LICITANTE A PROVIDENCIAR A ALTERAÇÃO NECESSÁRIA, NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS CONTADOS DE SUA NOTIFICAÇÃO.

2.5. A NOTA FISCAL DEVERÁ SER ENTREGUE JUNTO COM O OBJETO.

2.6. A empresa contratada deverá no tocante ao fornecimento e entrega do item objeto deste Certame, OBEDECER rigorosamente todas as disposições legais pertinentes.

2.7. O objeto do presente contrato será recebido: Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, designado pelo CONTRATANTE, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais. Definitivamente por servidor (GESTOR) ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado comprovando o atendimento das exigências contratuais.

Referente à elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Município de São Luiz Gonzaga, a empresa contratada deverá realizar diagnóstico técnico da situação atual, levantar e analisar dados, elaborar o plano em conformidade com a legislação vigente, definir metas e ações, apresentar versão preliminar e final para validação da Administração, fornecer os documentos em formato digital e, quando solicitado, impresso, acompanhados de ART/RRT, bem como prestar suporte técnico durante a execução contratual.

Dessa forma, estabelece-se a presente exigência, a qual se encontra em conformidade com o Art. 40, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021:

"§4º Em relação às informações de que trata o inciso III do §1º deste artigo, desde que fundamentada em estudo técnico preliminar, a Administração poderá exigir que os serviços de manutenção e assistência técnica sejam prestados mediante deslocamento técnico ou disponibilizados em unidade de prestação de serviços localizada em distância compatível com suas necessidades.

3. PAGAMENTO:

3.1 Os pagamentos serão realizados de forma parcelada, conforme cronograma de desembolso. Efetuados em até 30 (trinta) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal ou nota fiscal fatura à Secretaria Municipal da Fazenda, devendo constar nela ou acompanhá-la o atestado de recebimento expedido e devidamente assinado pelo fiscal do contrato, conforme o



cronograma em anexo. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação.

3.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.3. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

Serv.	Descrição das Atividades	Prazo (dias)	Prazo acumulado	% Pagamento	Condição para Pagamento	Valor da etapa
1	Planejamento e mobilização (reunião inicial, levantamento preliminar e metodologia)	5	5	-	Entrega e aprovação do plano de trabalho e metodologia	-
2	Diagnóstico técnico (levantamento de campo, análise de geração e avaliação dos serviços)	25	30	Etapla 01 40%	Entrega e validação do diagnóstico técnico	R\$
3	Prognóstico e cenários (projeções e alternativas técnicas)	15	45	-	Entrega do relatório de prognóstico	-
4	Programas, metas e ações (estruturação e indicadores)	15	60	Etapla 02 30%	Entrega das propostas estruturadas do plano	R\$
5	Participação social (audiências públicas e consultas)	20	80	-	Comprovação das audiências e consolidação das contribuições	-
6	Consolidação e entrega final (revisões e documento final)	10	90	Etapla 03 30%	Entrega final aprovada do PGRI	R\$

4. Das obrigações:

São obrigações do CONTRATANTE:

- 4.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 4.2. Assegurar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato.
- 4.3. Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e em contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso.
- 4.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 4.5. Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, conforme definido em contrato.
- 4.6. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 4.6.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 4.7. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.

São obrigações da CONTRATADA:

- 4.8. Fornecer o objeto de acordo com as especificações, quantidade e prazos do edital e do contrato, bem como nos termos



da sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

4.9. Responsabilizar-se pela integralidade dos ônus, dos tributos, dos emolumentos, dos honorários e das despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos empregados que utilizar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

4.10. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.11. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.12. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, I, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.13. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.14. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

4.15. Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) e quaisquer outros insumos necessários à prestação dos serviços.

4.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, I, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.17. Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, as entregas em que for verificado vício, defeito ou incorreção resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

4.18. Executar as obrigações assumidas no contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação, salvo expressa autorização do CONTRATANTE.

5. SANÇÕES:

5.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. Dar causa à inexecução total do contrato;

IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

5.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa;

III. Impedimento de licitar e contratar;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6. EXTINÇÃO:

6.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

6.2. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, inclusive por acordo entre as partes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

6.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

7. HABILITAÇÃO:

7.1. Para fornecimento do objeto pretendido, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os seguintes documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021:

7.2. Habilitação jurídica:

7.2.1. Cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;

7.2.2. Cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.2.3. Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural, ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica;

7.2.4. Cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

7.3.1. Comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.3.2. Prova de regularidade perante a:

7.3.2.1. Fazenda Federal,

7.3.2.2. Fazenda Estadual e/ou

7.3.2.3. Municipal do domicílio ou sede do licitante, e



7.3.2.4. Com o Município de São Luiz Gonzaga-RS, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei;

OBS 01: o referido documento poderá ser obtido através de realização de cadastro no Setor responsável por meio do telefone (55) 3352-9321 e após sua emissão pelo site oficial;

OBS 02: servirá como prova de regularidade com o Município de São Luiz Gonzaga-RS, *print* da página do site oficial em que conste o licitante como contribuinte inexistente ou bloqueado/ inativo, através do link: Portal do Cidadão (gespamweb.com.br)

7.3.3. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

7.3.4. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

7.3.5. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (**realizada diretamente no sistema quando do lançamento da proposta**).

7.4. Habilitação econômico-financeira:

7.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento;

7.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício, NOTAS EXPLICATIVAS e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

7.4.2.1. No caso da pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, limitar-se-ão ao último exercício;

7.4.2.2. No caso de empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

7.4.3. Cálculo da boa situação financeira da empresa, devendo ser alcançado os seguintes índices:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

ELP = Exigível a Longo Prazo

PL = Patrimônio Líquido

a) Liquidez Geral: $\frac{AC + ARLP}{PC + ELP}$ (deve ser igual ou maior que 1,0)

PC ELP

b) Garantia de Capital de Terceiros: $\frac{PL}{PC + ELP}$ (deve ser igual ou maior que 0,2)

PC + ELP

O índice estabelecido pela Administração, para certificar a boa situação financeira da empresa, é igual ou maior que 1,0 (um vírgula zero) para Liquidez Geral e igual ou maior que 0,2 (zero vírgula dois), para Garantia de Capital de Terceiros.

7.4.3.1. Caso a empresa licitante não apresente os índices mínimos, será exigido para fins de habilitação, Patrimônio Líquido Mínimo de 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação.

7.5. Habilitação técnica:

7.5.1 Atestado de capacitação técnico-operacional em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem a capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior (50% da parcela de maior relevância, qual seja, elaboração de PMGIRS);

7.5.2. Declaração expressa da licitante de disponibilidade de responsável(is) técnico(s) necessários à execução dos serviços previstos na licitação;



Observação: os profissionais indicados pelo licitante deverão participar do serviço técnico objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração.

- A empresa deverá dispor de pelo menos:

01 engenheiro ambiental ou biólogo; (deverá apresentar registro ativo no respectivo conselho profissional – CREA/CRBio)

A prova do vínculo da equipe técnica dar-se-á no caso de empregado – pela cópia autenticada da CTPS; no caso de sócio – pela cópia do Contrato Social e alterações; no caso de contratado – cópia autenticada do Contrato, o qual deverá estar devidamente registrado.

7.6. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia dos locais de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece os locais e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.6.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado horário junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, sito a rua Venâncio Aires, 2438, centro, fone (55) 3352-9300, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.6.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Habilitação Técnica:

As exigências de habilitação técnica são necessárias para assegurar que a empresa contratada possua experiência comprovada e equipe qualificada para execução de serviço que envolve diagnóstico ambiental, análise técnica e proposição de soluções, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 e a Lei nº 14.133/2021.

Tais requisitos observam os princípios da razoabilidade e da competitividade, não restringindo indevidamente a participação, mas garantindo a qualidade e a segurança técnica da contratação.

Deverá, ainda, apresentar registro ou inscrição junto ao conselho profissional competente, quando aplicável, bem como comprovar a disponibilidade de profissional habilitado, com formação compatível e registro ativo, responsável técnico pela execução dos serviços.

8. Dos prazos:

O presente contrato terá natureza de **contrato de escopo**, sendo vinculado à execução integral do objeto, qual seja, a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

O prazo para execução dos serviços será de até **3 (meses) ou até execução total**, contados a partir da data de emissão da Ordem de Início dos Serviços ou assinatura do contrato.

A vigência contratual permanecerá limitada ao período necessário para a completa entrega dos produtos previstos, incluindo:

- Diagnóstico técnico;
- Relatório de caracterização e quantificação dos resíduos;
- Plano consolidado;
- Eventuais ajustes solicitados pela fiscalização;
- Versão final validada.

Considera-se concluído o objeto contratual somente após a aprovação formal da documentação pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, mediante termo de recebimento definitivo.

Por se tratar de contrato de escopo, não haverá renovação automática, encerrando-se a relação contratual com a plena execução do objeto.



REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Após a adjudicação e homologação pela Autoridade Superior, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da sua convocação para assinatura do contrato.

* A prestação do serviço será iniciado em até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da **Ordem de Início** e serão executadas de acordo com o Edital, proposta vencedora e as cláusulas desse instrumento.

A Ordem de Início deverá ser expedida após a liberação dos recursos pelo órgão concedente.

A prestação de serviço, deverá ser concluída em até 03 (três) meses, ou até a execução final do contratado, respeitando o cronograma em anexo, ou até o cumprimento total do cronograma de execução.

Não será admitida a subcontratação, o CONTRATADO deverá executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios.

O contrato terá como finalidade garantir a elaboração completa e adequada do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Município de São Luiz Gonzaga, desde o início da execução até o seu encerramento.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal 6.910, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2023, que "Regulamenta as funções do agente de contratação, da equipe de apoio e da comissão de contratação, suas atribuições e funcionamento, a fiscalização e a gestão dos contratos, e a atuação da assessoria jurídica e do controle interno no âmbito do Município de SÃO LUIZ GONZAGA, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021". A gestão da execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do CONTRATANTE, através dos servidores MARIA DENISE BELCHOR PORTELA, matrícula 6413 – Titular e ÁLVARO AFONSO DORNELLES ROMERO matrícula 6423 – Suplente, a quem competirá comunicar ao Gestor do contrato as falhas porventura constatadas do contrato e solicitar a correção das mesmas. O Secretário do MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - MARCELO FERREIRA GAMARA, matrícula 6417, será o Gestor do contrato. Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

A medição dos serviços será realizada por **etapas de execução**, vinculadas à entrega e aprovação dos produtos previstos neste Termo de Referência, não havendo medição por horas trabalhadas ou por quantitativos físicos, em razão da natureza intelectual do objeto.

A periodicidade da medição será **eventual**, ocorrendo sempre que uma etapa do serviço for concluída e formalmente apresentada pela contratada para avaliação da fiscalização do contrato.

Para fins de medição, o objeto será dividido nas seguintes etapas:

Etapas 1 – Planejamento e Diagnóstico (40%)

- entrega do plano de trabalho e cronograma;
- relatório de diagnóstico da situação atual do gerenciamento de resíduos sólidos.

Etapas 2 – Revisão e Versão Preliminar do PGRS (30%)

- entrega da versão preliminar do PGRS revisado;
- apresentação técnica à Administração Municipal.

Etapas 3 – Versão Final e Consolidação (30%)

- entrega da versão final do PGRS revisado;
- entrega dos arquivos digitais (PDF e editáveis);
- apresentação final do plano.

A contratada somente fará jus à medição e ao pagamento de cada etapa após a **verificação da conformidade técnica** dos



produtos entregues, a **emissão do termo de recebimento provisório** e, posteriormente, do **termo de recebimento definitivo**, conforme o caso.

A liquidação da despesa ocorrerá em até **30 (trinta) dias úteis** contados após a apresentação da nota fiscal/fatura correspondente, devidamente atestada pelo gestor ou fiscal do contrato, nos termos da legislação vigente.

O pagamento será efetuado de forma, parcela, a primeira parcela será efetuada em até **30 (trinta) dias úteis contados da apresentação da nota fiscal ou da nota fiscal fatura**. À Secretária da Fazenda, devendo constar nela ou acompanhá-la o atestado de recebimento expedido e devidamente assinado pelo fiscal do contrato. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

Conforme disposto no item 5.4. deste Termo de Referência, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório, na modalidade concorrência **eletrônico**, do tipo **menor preço**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas as normas legais vigentes.

A contratação terá como finalidade a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, desde que atendidas todas as exigências técnicas, administrativas, fiscais, trabalhistas e econômico-financeiras previstas no edital.

Somente serão consideradas habilitadas as empresas que comprovarem capacidade técnica compatível com o objeto, bem como regularidade junto aos órgãos competentes.

As propostas devem ser apresentadas dentro do orçamento estimado para a contratação, de acordo com a estimativa de valores apresentados no estudo técnico preliminar.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para a contratação dos serviços para elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PMGRS) do Município de São Luiz Gonzaga é de **R\$ 45.626,67 (quarenta e cinco mil, seiscentos e vinte e seis reais e sessenta e sete centavos)**, conforme pesquisa de preços realizada pela Administração e compatibilidade com os valores praticados no mercado.

O valor global contempla todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto, incluindo: mão de obra técnica especializada; encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais; deslocamentos; equipamentos; softwares; tributos; elaboração, revisão e entrega de todos os produtos previstos neste Termo de Referência.

Vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 6871 de 2022, que "Estabelece o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens, contratação de serviços em geral e para contratação de obras e serviços de engenharia no âmbito do Município de São Luiz Gonzaga, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021".

PESQUISAS DE PREÇOS REALIZADAS:

LICITACON - TCE/RS

PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida ocorrerá por meio da seguinte dotação orçamentária:

13.02 15 452 0520 2,136 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E RURAIS.

DESPESA: 3390 39 00 00

VINCULO:1500

ACESSO: 623



São Luiz Gonzaga - RS
SISTEMA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS

Impressão: 20/05/2026

Hora: 14:34:34

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE - SEMAS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS